

MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA  
SECRETARIA DE  
GEOLOGIA, MINERAÇÃO E  
TRANSFORMAÇÃO MINERAL



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

EM CONJUNTO COM O COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (COAUD)

REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA EM 30.08.2022

ATA CF Nº 425

ATA COAUD Nº 73

Aos trinta dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e dois, reuniu-se, em conjunto com o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), o Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, às 09h30, por videoconferência, com a participação dos Conselheiros Titulares Frederico Bedran Oliveira (Presidente), José Luiz Ubaldino de Lima e Flavia Filippi Giannetti, e os membros do Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), Palmiro Franco Capone e Roberto Rocha Gomes, atuando como Secretário o Analista em Geociências da SEGER Cristiano Jorge André. Também participaram da reunião: os representantes da TGB Auditoria, os srs. Milton Granado e Fernando Avelar, o Chefe do Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças (DECOF), Carlos Eduardo de Oliveira Dantas, o Chefe da Divisão de Contabilidade Geral (DICOGE), Flávio Augusto Pinheiro, o Chefe da Governança Juliano de Souza Oliveira e o Chefe da AUDITE, Marcelo Cantuário dos Santos Neto. O Presidente do Conselho Fiscal, Frederico Bedran Oliveira, agradeceu a presença de todos e deu início à reunião, informando que a partir do dia 01/09/2022 renunciará ao cargo de conselheiro fiscal da CPRM. Informou ainda que durante a reunião fará um balanço, onde elencará todos os pontos constantemente abordados no âmbito Conselho Fiscal, bem como do COAUD. Os representantes do COAUD levantaram alguns pontos de atenção: Inventário geral de bens patrimoniais, alienação de veículos, embarcações e outros bens imprestáveis ou sem condições de uso e sucata, conciliação das contas de adiantamentos para despesas, a qualquer título, falta de extratos das contas de depósitos judiciais e o adequado registro contábil dos recursos advindos dos leilões de ativos minerários realizados recentemente. Com relação aos leilões, o Conselho Fiscal reiterou a recomendação de um monitoramento detalhado da situação e da tramitação dos processos minerários do SGB-CPRM junto à ANM, bem como um acompanhamento técnico, jurídico e estratégico dos projetos licitados ou a serem licitados, e dos contratos com terceiros, como promessas de cessão e/ou financiamentos para pesquisa, envolvendo royalties ou participação na lavra. O Conselho Fiscal reiterou a necessidade do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva endereçarem os temas elencados. Por oportuno, no que se refere aos extratos bancários relativos aos depósitos judiciais e depósitos para interposição de recursos, o Conselho Fiscal reiterou junto à Diretoria Executiva a solicitação encaminhada através do ofício nº 225/2021/SEGER, de 29/12/2021, no sentido de se obter cópia de tais extratos. O Conselho Fiscal, em concordância com os membros do COAUD, recomendou ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva que solicitem à AUDITE uma análise do plano de previdência privada dos empregados do SGB-CPRM, o BB PREVIDÊNCIA. O Conselho Fiscal, ciente da informação recebida sobre a premiação relativa à iniciativa "Game do Saber", solicitou informações complementares sobre o fundamento legal, a instância de aprovação, previsão orçamentária, e o processo administrativo de instrução para a referida premiação. Dando sequência, o Conselho Fiscal reiterou a solicitação encaminhada através do ofício nº 21/2021/SEGER, de 11/02/2021, de informações sobre os empregados que recebem valores acima do teto constitucional, bem como as providências que estão sendo adotadas pela empresa nestes casos. O Conselho Fiscal solicitou uma apresentação sobre a

Gestão de Riscos no SGB-CPRM, incluindo o mapa de riscos da Instituição e também por unidade regional, além do apetite a risco. Não obstante, solicitou ainda informar se o episódio de ataque cibernético ocorrido no início do corrente ano foi inserido e atualizado no mapa de risco da empresa como risco crítico. Seguindo, o Conselho Fiscal solicitou ao Conselho de Administração e a Diretoria Executiva informações sobre o andamento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina e de todos os contratos associados a mesma. Solicitou também informações sobre estudos alternativos para possibilitar o uso de TED ou fundação de apoio visando não comprometer o orçamento do SGB-CPRM na execução desse trabalho.

**ASSUNTOS DA AUDITORIA INTERNA** - O Conselho Fiscal tomou ciência dos termos do Relatório de Auditoria 01/2021, que trata dos processos de contratação e aquisição na área de Tecnologia da Informação. Analisando os pontos ressaltados pela AUDITE, como a ocorrência de contratações sem a observância da Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal, recomendou ao Conselho de Administração que indique as providências a serem adotadas para a sua regularização, bem como adote eventuais ações no sentido de responsabilização dos gestores. O Conselho Fiscal, ao tomar conhecimento do Relatório de Auditoria 02/2021, que trata do TED com o Centro Federal de Educação Tecnológica-CEFET/MG, demonstrou preocupação com os pontos elencados pela AUDITE. Apesar da análise da Auditoria Interna ainda não estar concluída, o Colegiado recomendou ao Conselho de Administração que urgentemente tome as providências necessárias para a regularização das fragilidades apontadas no Relatório. O Conselho Fiscal, tomou conhecimento do Relatório de Auditoria 03/2021, que trata da Gestão de Recursos Humanos. Apesar da análise da Auditoria Interna ainda não estar concluída, o Conselho Fiscal manifestou preocupação com os pontos elencados no documento, e recomendou à Diretoria Executiva que providencie as respostas de forma tempestiva, de maneira a não prejudicar o andamento dos trabalhos da AUDITE, bem como a análise deste Conselho. O Conselho Fiscal, ao tomar conhecimento do Relatório de Auditoria 01/2022 - Gestão Financeira, mesmo ciente dos desafios técnicos e operacionais para o desenvolvimento das atividades de Geologia Marinha, recomendou providências à Diretoria Executiva para o recebimento dos valores disponibilizados à Universidade Federal do Rio Grande - FURG, conforme preconiza o Art. 26 parágrafo 1º da Lei 10.180/2021, tendo em vista que o Convênio com aquela Instituição foi encerrado há 09 anos, sem ter havido a entrega do objeto do mesmo e sem a prestação de contas.

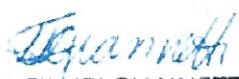
**ASSUNTOS DA CONTABILIDADE** - Com a presença do representante da Auditoria Independente - Os representantes da TGB Auditores Independentes, Milton Granado e Fernando Avelar, discutiram sobre o resultado da auditoria independente nas Demonstrações Contábeis Intermediárias do 1º trimestre de 2022. Os Auditores apresentaram as Demonstrações Contábeis Intermediárias, acompanhadas do Relatório de Revisão de Informações Intermediárias, além do Relatório Circunstanciado de Auditoria nº 301/22, referente à avaliação dos controles internos, obrigações fiscais principais e acessórias e dos procedimentos contábeis do 1º trimestre de 2022. Milton destacou que não houve ressalvas no relatório do 1º trimestre, porém, apontou três pontos de atenção em seu relatório. O primeiro deles é o Inventário Geral de Bens Patrimoniais 2022, onde acompanharam o cronograma de realização do inventário, o qual deve estar concluído no 3º trimestre. O segundo item é referente aos materiais de consumo. Milton chamou a atenção para a revisão das informações, tabuladas em uma planilha. Já o terceiro item, refere-se às certidões fiscais da Companhia, onde não estão sendo emitidas as referentes aos débitos fiscais vencidos em julho de 2022. Foi pedido uma prorrogação da emissão das certidões trabalhistas e de tributos federais, junto à Receita Federal. Na sequência, o chefe da Divisão de Contabilidade Geral (DICOGE), Flávio Augusto Pinheiro, apresentou ao Conselho Fiscal a Nota Técnica nº 7/2022/DICOGE/DECOF, referente à reavaliação dos procedimentos contábeis da Nota Técnica nº 3/2022/DICOGE/DECOF, que trata de ajustes realizados no registro contábil dos Termos de Execução Descentralizada - TEDs. Apresentou ainda a Nota Técnica nº 6/2022/DICOGE/DECOF, que trata do registro do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC. O chefe da DICOGE informou que irá se reunir com a sra. Elizane, representante setorial do MME, para tratar dos assuntos relativos à AFAC e a reversão dos TEDs e sobre providências para aumentar o uso do cartão de suprimento de fundos pelos empregados da CPRM. O chefe do DECOF, Carlos Dantas, informou que houve um treinamento sobre o uso do cartão de pagamentos, no âmbito de um plano de ação para sua implementação.

**ASSUNTOS DA GOVERNANÇA** - O chefe da Governança, Juliano de Souza Oliveira, tratou dos assuntos referentes ao Regimento Interno do Conselho Fiscal e da Avaliação dos Conselheiros. Ao final da reunião, Frederico Bedran agradeceu novamente a todos os presentes, que deixaram mensagens de despedida. Não havendo

mais assuntos a serem tratados, a reunião foi dada como encerrada.

  
FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA

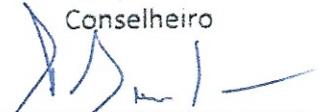
Presidente

  
FLAVIA FILLIPI GIANNETTI

Conselheira

  
JOSÉ LUIZ UBALDINO DE LIMA

Conselheiro

  
PALMIRO FRANCO CAPONE  
Membro do Comitê de Auditoria

  
ROBERTO ROCHA GOMES  
Membro do Comitê de Auditoria

  
CRISTIANO JORGE ANDRE

Secretário